

Fóruns Nacionais dos Pró-Reitores de Extensão das IESP e das IES Comunitárias na Elaboração de Políticas de Extensão no Brasil.

Área Temática de Avaliação Institucional da Extensão Universitária

Resumo

Neste trabalho procura-se demonstrar a relevância dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Extensão no debate e definição desta prática nas universidades públicas no período de 1987-1999. Inclui-se estudos sobre as IES Comunitárias. Por meio da análise dos temas abordados nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das IESP e das IES Comunitárias e sua repercussão na sociedade, busca-se analisar os conceitos e propostas de ações para a elaboração das políticas de extensão no Brasil. Utilizam-se estudos dos registros dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das IESP e das IES Comunitárias no período estudado, assim como entrevistaram-se alguns professores que participaram nos Fóruns. Consultaram-se documentos oficiais do MEC e das entidades representantes de professores, finalmente confrontá-las com algumas elaborações teóricas sobre extensão de Jamil Cury e Demerval Saviani entre outros. Os principais resultados dos Fóruns foram o fortalecimento da extensão transformadora e a construção de parâmetros coletivos. Conclui-se que, com a contribuição dos Fóruns, a extensão se situa hoje entre as ações que têm no horizonte um projeto histórico de transformação das relações sociais na direção da democracia e da igualdade. O estudo integra a tese de doutorado a ser apresentada pelo autor.

Autor

Francisco Negrini Romero, doutorando em História da Educação na UNIMEP. Mestre em Ciências Políticas – PUC SP. Coordenador do Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular da UNIMEP.

Instituição

Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP

Palavras-chave: fóruns; extensão; públicas/comunitárias

Introdução e objetivo

Este texto integra um capítulo da tese que o autor apresentará para o título de doutor em História da Educação na UNIMEP no segundo semestre de 2004. Seu objetivo é avaliar os conceitos e propostas de ações para a elaboração das políticas de extensão no Brasil pelas IESP e pelas IES Comunitárias no período de 1987 a 1999.

Metodologia

Estudaram-se os registros escritos dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das IESP e das IES Comunitárias no referido período, assim como entrevistaram-se alguns professores que participaram nos Fóruns. Consultaram-se também algumas produções escritas dos MEC e das entidades representantes dos professores universitários para, construindo a análise destas informações, confrontá-las com algumas elaborações teóricas sobre extensão de Jamil Cury e Demerval Saviani entre outros.

Devido a limitação de espaço, elaborou-se para a apresentação deste texto no Fórum um quadro-resumo dos temas e discussões abordados nos eventos realizados no período estudado.

Resultados e discussão

O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas foi realizado na Universidade de Brasília, UNB, em 1987. Do evento participaram 33 universidades e foi criado o Fórum Nacional de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, cuja importância foi sua interferência na elaboração de políticas de extensão junto ao MEC. Nesse período, havia uma discussão no meio acadêmico, principalmente, na questão da autonomia universitária e do seu papel frente à sociedade. Além dessa conjuntura, outros fatores, no início de 80, contribuíram para a criação de um cenário que convulsionou a educação brasileira, como: a criação de 1981, da Associação de Docentes do Ensino Superior – ANDES, fruto do amadurecimento de várias discussões nas associações de docentes existentes no país. Suas propostas centrais reivindicatórias eram: a defesa do ensino público e gratuito, a autonomia e democratização das universidades, a isonomia salarial e o regime único de trabalho. Surge, no início dos anos 80, a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA. Sua história teve o mesmo processo da ANDES, pois veio do amadurecimento das discussões das várias associações criadas no país e suas propostas eram em torno de temas semelhantes aos discutidos pelo movimento docente. Ocorreu também legalização da União Nacional dos Estudantes – UNE, pela lei 7.395 de 31/10/1985, que se encontrava com uma organização central clandestina desde 1984. A articulação da sociedade pelas campanhas das diretas para Presidente da República, fato político importante de 1984, que também incidiu nas determinações do cenário apresentado.

Neste momento, houve um debate interno entre os docentes sobre o compromisso social da universidade como uma instituição social de interesse público. Propôs-se a saída da universidade dos muros físicos das mesmas, para criar um novo conhecimento, superando o existente considerado compartimentado ao extremo. Começou a nascer uma efetiva vontade de institucionalizar a extensão e até mesmo uma reformulação de concepção quanto a esta função. As Pró-Reitorias de Extensão sentiram necessidades de se afirmar, enquanto, atividades reconhecidas pela academia, pois as atividades de ensino e pesquisa eram valorizadas.

Por outro lado, a articulação no âmbito regional, e posteriormente no âmbito nacional, buscava fortalecer os Pró-Reitores que tinham interesse e problemas comuns. Vale lembrar que, entre essas pessoas, havia muitos representantes da militância sindical docente, que vinham discutindo o papel das IES e da Extensão.

Com essas perspectivas foi realizado o I Fórum, cuja principal questão se constituiu na elaboração de políticas de extensão para as universidades públicas brasileiras. Contribuiu ainda, para a criação de duas instâncias de extensão para as Universidades brasileiras junto à Secretaria de Educação o Ministério de Educação: o Programa de Fomento a Extensão Universitária PROEXTE, em 1993 e o Plano de Extensão Universitária, em 1998. A discussão da extensão universitária ultrapassou os meios acadêmicos, sobretudo os movimentos organizados de docentes, servidores e discentes. No CRUIB e no MEC, registraram-se discussões que conduziram tomadas de posições institucionais sobre a questão.

O Fórum Nacional tornou-se um espaço de debates entre as universidades, onde se buscava o firmar posições nas diversas áreas de trabalho, que o órgão encarregado da extensão tivesse, assim como, resolver as questões emergentes na época. Adotou-se um conceito homogêneo de Extensão, definiram-se as formas de institucionalização e de financiamento e buscou-se disseminar uma visão que representasse uma nova forma de fazer universidade em relação à sociedade. Desta maneira essas medidas contribuíram para esclarecer a institucionalização da extensão, entre elas as de caráter metodológico, as da estrutura e as que buscavam valorizar a extensão em âmbito regional e nacional. Embora houvesse uma perspectiva otimista frente à criação do Fórum das IESP, a exclusão das

universidades particulares e/ou comunitárias e/ou confessionais da elaboração de políticas oficiais de extensão universitária gerou protestos e questionamentos sobre a representatividades de tais ações, enquanto universidades brasileiras.

Em 1988, com a nova Constituição da República Federativa do Brasil aprovada, destaca-se no capítulo III da Educação, da Cultura e Desporto, o Artigo 207, que consagrou o princípio da indissociabilidade entre as atividades universitárias ao assegurar que: *“as universidades gozam de autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*.

O princípio de indissociabilidade que vinha sendo alvo de discussões, nos documentos da ANDES, assim como pela UNE e pela FASUBRA e também nos encontros do CRUB, ganhou maior coesão, sobretudo quanto aos fins da instituição e à função social da universidade. Repensar a extensão universitária, enquanto atividade acadêmica, significou equivalência valorativa com a pesquisa e o ensino. Sua singularidade se encontrava na busca em democratizar o conhecimento produzindo e ensinando na universidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que a mesma atendesse às demandas mais urgentes da população, e sua tarefa seria a de realizar a crítica e a reconstrução de uma sociedade mais justa.

A delimitação do conceito de extensão e o estabelecimento de suas diretrizes ganhou duas dimensões importantes no CRUB. A primeira delas foi que a extensão deveria se processar através da prestação de serviços que atendessem, a sociedade desassistida. A segunda, o entendimento da extensão enquanto função, além da própria universidade. Já no MEC, a extensão passou a figurar nas propostas formais para o ensino superior brasileiro. Tais propostas foram instituídas pela Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, no Decreto nº 91177, de 29/03/1985, articulada pela Comissão de Alto Nível, e o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior – GERES, criado pela Portaria nº 100, do MEC de 06/02/1986. O MEC, ao formular suas propostas por meio do GERES, defendeu o fim da indissociabilidade entre as funções de ensino e pesquisa. Sua posição foi a criação das universidades do conhecimento e das universidades do ensino. O Fórum da Educação na Constituinte, com as posições vindas, principalmente, das entidades científicas e sindicais, sustentavam a defesa de pontos como a autonomia universitária, a gratuidade do ensino público, verbas exclusivas para o ensino superior e a indissociabilidades entre as três funções.

Tais posicionamentos geraram grandes debates na comunidade acadêmica, em âmbito nacional, mas acabaram não sendo prioridade do Governo Federal. Na verdade, a necessidade de se vincular a pesquisa e a extensão aos interesses da maioria da população – que se daria por meio da extensão – foi uma idéia que ganhou força nos vários segmentos acadêmicos nas IES, fossem elas públicas ou privadas. A criação dos Fóruns, fossem eles das IES públicas ou privadas, não poderia ser vista como uma ação independente, isolada do contexto histórico-político do país, ou como uma decisão governamental. Foi na verdade uma articulação nacional dos setores comprometidos com a extensão progressista, democrática e emancipadora. Desde 1987, quando criou-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores Extensão das IESP até o ano de 1999, os eixos centrais e discussão foram retratados no quadro que segue:

FÓRUM LOCAL ANO	ABORDAGEM TEMÁTICA	OBSERVAÇÕES
I Brasília 1987	Unificar o conceito de extensão: indissociabilidade com ensino-pesquisa, viabiliza a relação transformadora entre universidade-sociedade, interdisciplinariedade e processo dialético teoria-prática	Participaram 33 universidades; importância da ANDES, FASUBRA e CRUB na realização do I Fórum

II Belo Horizonte 1988	Estratégias da articulação entre extensão-pesquisa; critérios para identificação de projetos atividades de extensão: articulação com o ensino, favorecer pesquisas, colaborar em ações de transformação da sociedade	As universidades são convidadas pelo Fórum a disponibilizar recursos para as práticas de extensão.
III Belem 1989	A revelação entre universidade e sociedade, a prática de prestação de serviços segundo a dimensão emancipatória não assistencialista e os benefícios da práxis interdisciplinar na formação dos discentes.	
IV Florianópolis 1990	Educação e alfabetização; ao ser um produto estrutural o analfabetismo não se resolve com campanhas de curto prazo; propõe que os conhecimentos produzidos na universidade interfiram na melhoria da qualidade do ensino regular.	Reafirmação das diretrizes anteriores.
V São Luiz 1991	Integração da universidade à realidade conjuntural e autonomia para a busca de caminhos junto à sociedade.	
VI Santa Maria 1992	Universidade e cultura; integrar atividades artísticas e culturais na extensão.	
VII Cuiabá 1993	Indicadores de avaliação da extensão: formalização, compromisso, conceituação, envolvimento dos discentes e dos docentes e participação dos parceiros. Pautar a avaliação pelas demandas sociais e pelos princípios estabelecidos nos Fóruns.	
VIII Vitória 1994	Universidade, construção da cidadania e afirmação da soberania nacional, abandonar a atual posição sócio-econômica do país, reativa e dependente e assumir uma postura projetiva e prospectiva, voltar a extensão para os setores sistematicamente excluídos dos direitos e da compreensão de cidadania, articulação com organismos da sociedade civil e pública comprometidos com a transformação.	
IX Fortaleza 1995	Articulação entre extensão e projetos estratégicos de desenvolvimento regional e nacional, participação das universidades nas políticas públicas relacionadas às demandas coletivas.	
X Belém 1996	Política nacional de extensão e constituição da Rede Nacional de Extensão (RENEX)	Não foi produzido documento final.
XI Curitiba 1997	Avaliação da extensão nas IES brasileiras tendo como parâmetros: indissociabilidade, interação sociedade-universidade, interdisciplinariedade, desempenho docente, condições de infraestrutura, gestão e ação cultural.	
XII – XIII MEC – Brasília 1998	Foram produzidos os documentos Programa Universidade Cidadã e Plano Nacional de Extensão Universitária definição das áreas de atuação da extensão: a) preservação e sustentabilidade do meio ambiente, b) promoção à saúde e à qualidade de vida; c) educação básica; d) desenvolvimento cultural; e) transferência de tecnologias apropriadas; f) atenção	

	integral à criança, adolescentes e idoso, capacitação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas e reforma agrária e trabalho rural.	
XI Natal 1998	Votação da versão final dos documentos, que incorpora na íntegra o conceito de extensão definido pelo Fórum de 87.	O Fórum passa a ser o espaço que norteia a extensão no Brasil.
X Campo Grande 1999	Foram definidas estratégias operacionais do Plano Nacional, entre elas a organização de grupos de trabalho.	Neste mesmo ano o Ministro de Educação faz o lançamento do Plano Nacional de Extensão.

Análise dos Fóruns de Extensão sob o ponto de vista dos eixos-temáticos.

Analisando os temas centrais debatidos nos fóruns, anteriormente expostos, percebe-se um movimento que, no período estudado, partiu da definição de extensão para a ampliação de sua intervenção. Ao tentar se captar esse movimento a realidade aparece historicizada, como produto da práxis humana. Essa análise possibilita também a elaboração de uma síntese em que o todo é percebido de modo a compreender suas relações mais significativas.

As categorias apresentadas por Jamil Cury no livro Educação e Contradição ofereceram subsídios na análise do movimento dos Fóruns. As categorias como afirma Cury, *“Pretendem ser consideradas tanto no processo da realidade que as produz, quanto a sua utilização como instrumentos de análise em vista de uma ação social transformadora”*. (CURY, 26)

Em cada conjunto de Fóruns, cujo agrupamento foi determinado pela identificação de temas comuns a uma mesma direção, procurou-se analisar a relevância de uma categoria. Na trajetória dos Fóruns as categorias se incluem mutuamente e se complementam. A ênfase de uma categoria em cada momento não representa a exclusão das demais, mas aparece apenas como auxílio na análise. Em todos os momentos a contradição, a mediação e a totalidade aparecem como ação recíproca, mas neste estudo apresenta-se a priorização de uma ou outra, correspondente a determinado período histórico.

O primeiro momento (1987-1989): Extensão e Contradição

Segundo Cury, o saber tem no modo capitalista o estatuto da intenção enquanto *“veicula idéias que interessam a uma determinada direção”* o estatuto de produção, *“enquanto ele se transforma em força produtiva a serviço do capital”* (Idem, pág.71). A extensão, como a educação, lida com o saber. Portanto, na sociedade capitalista, tem o estatuto de difundir as idéias da classe dominante.

No entanto evidencia-se no primeiro momento dos Fóruns a explicitação da contradição com este estatuto, na medida em que legitima a extensão que é uma *“...ação pedagógica enquanto apropriação pelas classes dominadas de um saber que tem a ver com os seus interesses e concorre para o encaminhamento da modificação das condições sociais”*.

Ao declarar-se, já no Fórum de 1987, uma ação transformadora, de mão dupla, a extensão assume ao mesmo tempo sua contradição com o estatuto hegemônico da educação.

No primeiro momento os Fóruns explicitam a intenção de negar as práticas extensionistas reprodutoras das relações capitalistas de dominação adocicadas com o assistencialismo. Ao afirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão demove esta do seu caráter imediatista, paternalista e espontaneísta, próprios de estatuto de difundir idéias de subordinação dócil e domesticada. Ao negar a reprodução a extensão afirma a contradição.

No primeiro momento os fóruns buscaram a construção de um conceito unificador da extensão num complexo e diverso amontoado de práticas extensionistas. Ao optar por identifica-la como relação transformadora com a sociedade, articulada com o ensino e a pesquisa, de mão dupla com o saber popular e interdisciplinar, fermentam a contradição.

Obviamente as decisões dos Fóruns não representam a imediata dissolução das práticas de extensão reprodutoras nas universidades públicas, contudo, não deixa de ser um momento importante ao referendar as práticas contraditórias à reprodução, ou seja, transformadoras. Sem a presença e participação destas nos Fóruns, por outro lado, seria impossível chegar a um consenso transformador.

O segundo momento (1990-1994): Extensão e Mediação.

Jamil Cury afirma que a educação possui, antes de tudo, um caráter mediador: *“No caso concreto da sociedade de classes, ela se situa na relação entre as classes como momento de mascaramento/desmascaramento da mesma relação existente entre as classes”* (idem: 64)

O IV Fórum denuncia o analfabetismo como produto das relações sociais e faz a crítica de campanhas paliativas que não incidem na origem do problema. Do mesmo modo o oitavo Fórum discute sobre como setores sociais são excluídos do usufruto dos bens culturais, artísticos e tecnológicos produzidos pela universidade.

No referido momento, posterior à identificação da extensão, extrapola suas reflexões para além dessa atividade, de forma coerente e articulada à própria concepção de extensão, ampliando seu potencial de mediação.

Contrapondo-se a uma mediação amortecedora e justificadora das relações capitalistas, os Fóruns apresentam uma mediação indagadora, problematizadora e inquieta. O quarto Fórum questiona o papel político e social que a universidade deve assumir frente aos desafios históricos. O oitavo Fórum chega a um consenso que a extensão deve voltar-se para os setores da população que vêm sistematicamente sendo excluídos dos direitos e da compreensão de cidadania. Para equacionar a importância desse momento é preciso uma retrospectiva histórica, lembrando o tempo em que a extensão se restringia a cursos de especialização e de excelência para os graduados.

Cury afirma que a mediação *“... é contraditória no movimento do encobrir-descobrir, referido à luta permanecer-superar.”* (idem: 66)

A ênfase observada nesse segundo momento permite concluir que os Fóruns negaram a mediação que corrobora a permanência e optaram por uma mediação que conduz à transformação social, de forma coerente com o primeiro momento em que se auto-define contraditório ao conceito hegemônico de extensão, ao mesmo tempo em que constrói um novo conceito.

O terceiro momento (1995-1999): Extensão e Totalidade.

A ênfase nesse terceiro momento situa-se não apenas nos eixos-temáticos mas também em iniciativas que produzem resultados que induzem a observar maior relevância na dimensão totalizante da extensão.

Fundamentando-se no conceito de totalidade afirmado por Jamil Cury, entende-se que a educação é uma totalidade de contradições atuais ou superadas, dentro da ação que caracteriza todas as esferas do real: *“Percebe-se, pois, que as relações sociais são relações econômicas (pela apropriação de mais-valia), são relações políticas (pela gestão hegemônica da mais-valia) e são relações ideológicas (pela tentativa de representá-las e difundi-las de modo abstrato).”* (idem:67)

A relevância do ideológico no primeiro e segundo momento passa agora também ao econômico e político. No Fórum de 1995 define-se a prioridade na participação da extensão em projetos estratégicos de desenvolvimento regional e nacional que garantam a auto-sustentabilidade. Para esse fim são estabelecidas parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.

A partir de 1998 os Fóruns ganham destaque na ação política, sendo efetivada a parceria com o MEC e a elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária. O objetivo do Fórum foi incorporá-lo ao Plano Nacional de Educação.

O Plano Nacional de Extensão é lançado pelo MEC em 1999 e incorpora na íntegra o conceito de extensão definido pelo Fórum em 1987. Por este fato avalia-se a influência dos Fóruns na delimitação de políticas públicas.

A dinâmica descrita no terceiro momento confirma o pensamento de Cury segundo o qual na dialética entre as relações sociais a totalidade se faz e cria.

A extensão, enquanto prática social que considera que os sujeitos humanos fazem parte da totalidade, inclui sujeitos nas novas relações sociais, que negam o existente e anunciam e produzem o novo.

Conclusões

O estudo dos Fóruns Nacional de Pró-Reitores de Extensão no período 1987-1999 teve como referência os relatórios e anotações produzidas durante os eventos, assim como bibliografias que tratavam sobre o tema. Foram decisivas para o surgimento dos Fóruns as ações da ANDES, UNE, FASUBRA e CRUB. Contudo, é necessário reconhecer que os Fóruns foram também a ressonância das experiências que em cada universidade eram corajosamente desenvolvidas.

Partindo da iniciativa de elaboração consensual de um conceito unificador de extensão, lutando pelo reconhecimento acadêmico e, finalmente, interferindo na elaboração pelo MEC de um Plano Nacional de Extensão, os Fóruns foram ganhando legitimidade e representatividade no cenário nacional.

A não participação das Universidades Comunitária foi prejudicial, pois há um saber acumulado sobre extensão nessas instituições. Num certo momento, contudo, se fizeram presentes por meio da realização de Fóruns de Extensão das Comunitárias.

Ao analisar os Fóruns a partir da relevância de certas categorias de interpretação do real, buscou-se construir um pensamento que identifica a extensão em suas relações com a sociedade, na ótica de um projeto histórico que se pretende construir.

Como porta-voz das experiências de extensão que pretendem construir um projeto histórico transformador, singular nos objetivos e plural nas modalidades de ação, os Fóruns aparecem nesse estudo como espaço social relevante e determinante no cenário nacional.

Referências bibliográficas

AZAMBUJA, I.. **A extensão universitária na UNIJUI**. In: Cadernos da Avaliação Institucional.Ijuí:UNIJUI, N.12, 1997.

BOTOMÉ, S.P.. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equivoco da extensão universitária**. Petrópolis,RJ: Vozes;S.Carlos,SP: Editora UFSCAR; Caxias do Sul,RS: Ecsul, 1996.

CURY, Carlos R.Jamil. **Educação e Contradição: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. S.Paulo: Cortez, 2000.

GARRAFA, Volney (org). **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania**. 1989. 160 f. Relatórios de atividades: 1987/1988. Brasília:UNEB.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte (MG): PROEX/UFMG; o Fórum 2000.

SAVIANI, Dermeval. Extensão Universitária: uma abordagem não extensionista.In:**Ensino público e outras falas sobre universidade**. S.Paulo/SP: Cortez: Autores Associados, 1987.

SILVA, Maria das Graças Martins da. **Extensão: A face social da universidade**. Campo Grande,MS: Edit. UFMS,2000.

TAVARES, M.G.M.. **Extensão Universitária: novo paradigma da universidade**. Maceió:EDUFAL, 1997.